

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

Em 8 de maio de 2019, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 **Informações;**
- 2 **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 3 **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 191/XIII/4.ª (GOV) - Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985;**  
Relator: Deputado António Gameiro (PS)
- 4 **Ratificação das votações indiciárias alcançadas no Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados sobre a Proposta de lei n.º 120/XIII/3.ª (GOV) - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (em nova apreciação na generalidade);**
- 5 **Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 724/XIII/3.ª (PAN) - Altera o Código Penal e de Processo Penal no que diz respeito ao crime de maus-tratos a animais e artigos conexos;**
  - **Projeto de Lei n.º 999/XIII/4.ª (PAN) - Altera o código penal impedindo o confinamento excessivo de animais de companhia;**
- 6 **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 122/XIII/73.ª (GOV) – Altera o estatuto dos magistrados judiciais;**
- 7 **Fixação da redação final de textos aprovados nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;**
- 8 **Admissão e distribuição de petições;**
- 9 **Apreciação e votação de relatórios finais;**
- 10 **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 11 **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

**PROPOSTAS DE LEI**

<i>N.º AUTOR</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>NOMEAÇÃO RELATOR</i>	<i>CONSULTAS A PROMOVER</i>
<b>PPL 199/XIII/4.ª (GOV)</b>	<a href="#">Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 536/2014, relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano</a>	Competente a 9.ª Comissão (em conexão com a 1.ª Comissão)	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

<b>PPL 200/XIII/4.ª (GOV)</b>	<a href="#">Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses</a>	<b>Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)</b>	CSM, CSMP, OA
---------------------------------------	--	---	---------------

**PROJETO DE LEI**

<i>N.º AUTOR</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>NOMEAÇÃO RELATOR</i>	<i>CONSULTAS A PROMOVER</i>
<b>PJL 1209/XIII/4.ª (CDS-PP)</b>	<a href="#">Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento</a>	<b>Deputada Andreia Neto (PSD)</b>	CSM, CSMP, OA

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

<i>N.º AUTOR</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>DISCUSSÃO</i>
<b>PJR 2145/XIII/4.ª (CDS-PP)</b>	<a href="#">Recomenda ao Governo o alargamento da rede de esquadras de turismo, e a criação do programa de policiamento específico "Turista Seguro", da competência da Polícia de Segurança Pública</a>	Solicitada pelo CDS-PP a discussão em Plenário
<b>PJR 2146/XIII/4.ª (CDS-PP)</b>	<a href="#">Recomenda ao Governo a alteração da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro (Orgânica da Guarda Nacional Republicana) no sentido de reinstaurar a brigada de trânsito</a>	Solicitada pelo CDS-PP a discussão em Plenário

No ponto seguinte, foi apreciado o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 191/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985, para o qual tinha sido designado relator, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado António Gameiro (PS), e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O quarto ponto da ordem de trabalho, que consistia na ratificação das votações indiciárias alcançadas no Grupo de Trabalho - Regulamento Geral da Proteção de Dados sobre a Proposta de lei n.º 120/XIII/3.ª (GOV) - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, foi adiado para a reunião seguinte deste, a requerimento do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), por não ter sido possível concluir o processo no âmbito do Grupo de Trabalho.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

Procedeu-se igualmente ao adiamento do quinto ponto, que consistia na nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs [724/XIII/3.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - Altera o Código Penal e de Processo Penal no que diz respeito ao crime de maus-tratos a animais e artigos conexos; e [999/XIII/4.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - Altera o código penal impedindo o confinamento excessivo de animais de companhia, a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, através do Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE). Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho constituído para apreciar e votar estas iniciativas legislativas, que informou que o Grupo de Trabalho realizou um conjunto de consultas a diversas entidades, quer presencialmente quer através de pronúncia escrita, não tendo sido possível realizar a respetiva votação, razão pela qual requerera que a votação tivesse lugar no plenário da Comissão, dando assim por concluídos os trabalhos do Grupo de Trabalho. Registou ser esta a terceira vez que era solicitado o adiamento da votação destes projetos, apesar de entender que estavam reunidas as condições para encerrar este processo havia mais de um mês.

A Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) solicitou que o ponto relativo à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 122/XIII/73.<sup>a</sup> (GOV) – Altera o estatuto dos magistrados judiciais, fosse adiado por alguns minutos, uma vez que o Senhor Deputado Carlos Peixoto ainda não se encontrava na sala.

Entretanto, e não havendo lugar à fixação de redações finais de textos aprovados, nem havendo relatórios finais de petições para apreciar ou pareceres da Subcomissão de Ética para ratificar, passou-se ao ponto 11, reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) usado da palavra para insistir no agendamento, para a reunião seguinte, da Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV), que havia já solicitado via *e-mail*. O Senhor Presidente esclareceu que não agendara a referida Proposta de Lei, uma vez que faltava o parecer da Ordem dos Advogados, que entretanto fora feita uma insistência junto da Ordem, aguardando-se o envio do mesmo.

Adiantou que, todavia, caso os Grupos Parlamentares dispensassem o parecer em falta, a discussão e votação na especialidade da referida Proposta de Lei seria agendada na reunião seguinte, recordando que, em situações semelhantes, fora o próprio Deputado



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL

Luís Marques Guedes (PSD) a invocar a falta de pareceres como impedimento para a apreciação das iniciativas legislativas.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) interveio para referir dois assuntos: em primeiro lugar, relativamente à Proposta de Lei n.º 170/XIII, que o Grupo Parlamentar do PCP entendia que, antes da discussão e votação na especialidade, deveria ser realizada a audição do Inspetor-Geral das Atividades Culturais, no plenário da Comissão ou num grupo de trabalho *ad hoc* criado só para esse efeito, proposta que iria formalizar por escrito; em segundo lugar, recordou que se encontravam pendentes várias iniciativas sobre direitos da criança, e que até fora constituído um grupo de trabalho para tratar essa matéria, tendo a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) esclarecido, na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho, que já haviam sido realizadas todas as audições tidas por pertinentes, pelo que entendia que as iniciativas poderiam ser agendadas para a reunião seguinte da Comissão.

Retomando o sexto ponto da ordem de trabalho, teve início a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 122/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera o estatuto dos magistrados judiciais, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Fernando Anastácio, na qualidade de coordenador do [Grupo de Trabalho - Estatuto dos Magistrados Judiciais \(PPL 122/XIII/3.ª - GOV\)](#) e [Estatuto do Ministério Público \(PPL 147/XIII/3.ª - GOV\)](#), que deu conta de que o Grupo de Trabalho realizara um conjunto de audições, em que os grupos parlamentares tiveram oportunidade de discutir, neste caso, a Proposta de Lei n.º 122/XIII e as propostas de alteração apresentadas, mas que, atendendo à importância do tema e especificidade das questões, bem como em nome da total transparência, a votação deveria ser feita no plenário da Comissão e não no grupo de trabalho.

Como ponto prévio, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) explicitou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentara duas propostas de alteração, uma delas relativa ao estatuto remuneratório dos magistrados – artigo 188.º-A, pelo que fazia sentido deixar para o final a votação dos artigos relacionados com essa matéria, proposta que mereceu a concordância dos presentes.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de julho de 2017, após aprovação na generalidade.

Sobre a iniciativa foram solicitados e obtidos pareceres do [Conselho Superior da Magistratura](#), do [Conselho Superior do Ministério Público](#) e da [Ordem dos Advogados](#), tendo ainda sido colhida a pronúncia do [Sindicato dos Magistrados do Ministério Público](#) e da [Associação Sindical dos Juizes Portugueses](#), a qual foi recebida em [audição](#) no dia 26 de março de 2019, a requerimento do Grupo parlamentar do PSD.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Comissão deliberou constituir um [Grupo de Trabalho](#) para promover a preparação da discussão na especialidade da iniciativa legislativa e propostas de alteração apresentadas (em 2 de abril, pelo [BE](#) e pelo [PS](#); em 8 de abril, pelo [PCP](#) e pelo [PSD](#); em 2 de maio pelo CDS-PP; e em 3 de maio pelo [PSD](#)/aditamento).

O Grupo, de que fizeram parte as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS), que coordenou, Jorge Lacão (PS), Andreia Neto (PSD), Carlos Peixoto (PSD), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), reuniu nos dias 7 de março, 3, 23 e 26 de abril e 2 de maio de 2019.

Nas reuniões, na qual se encontravam representados todos os Grupos Parlamentares, o Grupo de Trabalho procedeu à apreciação da iniciativa e das propostas de alteração apresentadas, tendo discutido as várias soluções propostas e acordado na remessa para o plenário da Comissão da sua votação na especialidade.

Encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas.

No debate que antecedeu a votação usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP),

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL

Carlos Peixoto (PSD), Jorge Lacão (PS), José Manuel Pureza (BE), Carlos Abreu Amorim (PSD) e António Filipe (PCP).

1. Da votação resultou o seguinte:

#### I – Artigos da Proposta de Lei objeto de propostas de alteração:

- ❖ **Artigo 1.º** (*Âmbito de aplicação*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 3.º** (*Função da magistratura judicial*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 6.º-B** (*Garantias de desempenho*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei
  - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP (substituição da expressão «*proporcionadas*» por «*garantidas*») – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do BE, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PSD;
  - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE (inclusão da expressão «*independência*») – **aprovado** por unanimidade;
  - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE (inclusão da expressão «*imparcialidade*») – **aprovado**, com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD;
  - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE (inciso «*necessárias ao*») – rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do BE e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP;
- ❖ **Artigo 7.º-A** (*Dever de cooperação*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL

- N.º 1 (na redação das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PCP/idênticas) – **aprovado** por unanimidade;
- N.º 2

- Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do BE e do PCP;

- Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do BE e do PCP;

- ❖ **Artigo 7.º-E** (*Dever de declaração*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 8.º** (*Domicílio necessário*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 8.º-A** (*Incompatibilidades*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 10.º** (*Faltas e ausências*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, com a substituição do inciso final, passando a constar «... quando não implique falta ou perturbação dos atos judiciais.») – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 17.º** (*Direitos especiais*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD) – **aprovado**, com votos a favor do PSD e do PCP e abstenções do PS, do BE e do CDS-PP;
- ❖ **Artigo 25.º** (*Fixação nas regiões autónomas*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD) – **aprovado**, com

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

votos a favor do PSD e do PCP, votos contra do PS e abstenções do BE e do CDS-PP;

- ❖ **Artigo 27.º** (*Despesas de representação*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração/eliminação apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD) – **aprovado**, com votos a favor do PSD, votos contra do PS e abstenções do BE, do CDS-PP e do PCP;
- ❖ **Artigo 33.º** (*Crítérios e efeitos das classificações*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do BE e do PCP;
- ❖ **Artigo 40.º** (*Requisitos para o ingresso*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD/idênticas) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigo 45.º** (*Nomeação para juízos de competência especializada*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – rejeitado, com votos a favor do BE e votos contra do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP;
- ❖ **Artigo 45.º-C** (*Juízes presidentes*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP) – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do BE e do PCP;
- ❖ **Artigo 47.º-A** (*Avaliação curricular e graduação*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e votos a favor do BE;
- ❖ **Artigo 48.º** (*Preenchimento de vagas*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor do BE e a abstenção do PCP;



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

- ❖ **Artigo 52.º** (*Avaliação curricular, graduação e preenchimento de vagas*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – **aprovado**, com votos a favor do PSD e do BE, votos contra do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP;
- ❖ **Artigo 57.º** (*Competência para conferir posse*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei
  - Na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS/alínea c) do n.º 1 – **aprovado** por unanimidade
  - Na redação das propostas de alteração/eliminação apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD/alínea d) do n.º 1 – rejeitado, com votos contra do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e votos a favor do PSD;
- ❖ **Artigo 62.º** (*Autorização*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP) – **aprovado**, com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD;
- ❖ **Artigo 76.º** (*Lista de antiguidade*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei (na redação das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD/idênticas) – **aprovado** por unanimidade;
- ❖ **Artigos 82.º** (*Infração disciplinar*) da Lei n.º 21/85, de 30 de julho, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei e **82.º-A** (*NOVO – Processo para declaração de que o julgamento viola a dignidade de ser humano ou de direitos humanos fundamentais constitucional e internacionalmente protegidos*) - na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do BE) – rejeitados, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor do BE e a abstenção do PCP;

Dado o adiantado da hora, foi deliberado concluir a votação em curso na reunião seguinte da Comissão, a realizar no dia 13 de maio, segunda-feira. A reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos ([registo áudio](#)), dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 48/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Fernando Anastácio  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Fernando Rocha Andrade  
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino  
Elza Pais  
Emília Cerqueira